Sistemas de documentação e gestão da informação nos museus com colecções de arqueologia

Luís Pequito Antunes*

Resumo

A entrada de qualquer objecto no acervo do Museu deve ser acompanhada de um processo que reuna e registe todas as informações, directa ou indirectamente, relacionadas com ele uma vez que constituem a sua "história de vida". Estas últimas são tão ou mais importantes que as fornecidas pelo objecto em si, pelo que se torna necessário um sistema de documentação com características capazes de reunir e registar de forma fiável, flexível e económica as informações obtidas, uma vez que estas não se compadecem com situações de registo pouco precisos e improvisados que não correspondam a um trabalho planificado e continuado. Um museu que não cuida da sua documentação de forma adequada não cumpre uma das suas principais funções – informar. A existência de uma massa documental, com interesse museográfico, deve ser assumida pelos profissionais de museus. Esta constituiu um elemento informativo, complementar ao objecto ou colecção, essencial na sua interpretação. Um exemplo: quantos museus, com colecções de arqueologia, incluem no seu registo a documentação científica produzida pelas escavações (cadernos de campo, pedidos de autorização de escavação, relatórios, fotografias, etc.)?

A gestão dos acervos passa por uma revisão dos processos utilizados e implica a estruturação de sistemas de documentação normalizados capazes de se tornarem em fontes de informação e de conhecimento para utilização dos profissionais, investigadores e público em geral.

Abstract

The entrance of any objects in the gathering of the Museum must be followed by a process that gather and register all the information, directly or indirectly, related with it once that they constitute its "life history". These last ones are, so or

* Chefe de Divisão. Museu Municipal de Almada.

more important, that the ones supplied for the object itself, for that if it becomes necessary a system of documentation with features capable to congregate and to register in a reliable form, flexible and economic the gotten information, once that these is not compassion with situations of registers with low accuracy and improvised, that does not correspond to a designed and continued work. A museum that does not take care of its documentation in a adequate form, does not fullfil one of its main functions – to inform.

The museums' professionals must assume the existence of a documentary mass, with museographyc interest. This constituted an informative element, to complement the object or collection, essential in its interpretation. An example: how many museums, with collections of archaeology, include in its register the scientific documentation produced by the excavation (field notebooks, order of excavation authorisation, reports, photographs, etc.)?

The management of the gathering passes for a revision through the used processes and implies the structuraction of a capable normalised systems of documentation, and becoming in sources of information and knowledge for use of the professionals, investigators and public in general.

1. **Introdução**

A proliferação de museus, nos últimos anos, coloca alguns problemas de ordem prática. Na generalidade dos casos os programas encontram-se imbuídos de princípios decorrentes da nova museologia que privilegiam alguns dos sectores funcionais do museu em detrimento de outros. Poucos são os casos em que a componente técnica, com excepção da conservação, seja suficientemente assumida e desenvolvida. Basta olhar para a distribuição dos espaços ou para a importância dada às exposições.

A secundarização a que me refiro é, inclusive, aceite pelo Instituto Português de Museus quando num recente inquérito de 23 páginas, apenas inclui meia dúzia de perguntas do tipo «para além das salas destinadas a exposições que outras existem» ou «relativamente ao inventário das colecções, assinale a modalidade em que é realizado» ou, ainda, como hipótese de resposta, não haver conservação e as condições ambientais serem más.

Esta subalternização de algumas das tarefas técnicas pode ter uma explicação que radica no ensino da museologia e numa necessidade de reconhecimento público, capaz de fazer ombrear esta área do conhecimento com as suas congéneres. Reconheço que é socialmente mais estimulante ser comissário de uma qualquer exposição do que especialista em sistemas de documentação para museus.

Contudo, confesso que tenho alguma dificuldade em conceber a existência de um museu sem política de incorporação, sistema de documentação, reservas, áreas para o trabalho técnico e sem conservação preventiva do acervo, pois tudo o resto, por muito que custe admitir, decorre destes elementos básicos. Recolher, documentar, conservar, estudar, interpretar e divulgar não devem constituir palavras vãs para os profissionais dos museus mas, pelo contrário, um propósito a alcançar de forma eficaz de modo a que os resultados obtidos sejam coerentes com os objectivos definidos.

Para que não haja más interpretações o que quero dizer é simples: a visibilidade dada pela interpretação, exposições, acções do serviço educativo e divulgação deve ter como base um sólido tratamento intelectual das colecções.

Esta questão coloca-se de uma forma gritante nos museus com colecções de arqueologia. No inquérito realizado pela revista *Almadan* (J. Raposo, 1993), em 1993, eram 61 os museus enquadráveis naquela situação. E a primeira coisa que me ocorre é saber se as referidas instituições utilizaram critérios idênticos para a incorporação, as mesmas classificações e terminologias e se existiu uma preocupação comum em documentar os acervos. Todos estes pontos são essenciais quando se pretende fazer uma adequada gestão das colecções.

Ora, parece-me um contra-senso que sendo o sistema de documentação uma função básica na organização e planeamento da actividade museal, a importância que lhe é atribuída, na quase totalidade dos museus portugueses, seja mínima e não mereça grande atenção. Tanto mais que organismos internacionais como o Comité Internacional do ICOM para a Documentação (ICOM – CIDOC) ou o Centro de Documentação UNESCO – ICOM ou nacionais como o Museum Documentation Association (MDA) e o Department de Cultura de la Generalitat de Catalunya, há muito que procuraram estabelecer normas de aplicação universal para os aspectos referidos.

2. Sistemas de documentação e informação

Se considerarmos que a documentação de colecções é toda a informação que um museu possui sobre os bens à sua guarda, um sistema de documentação consistirá numa série de instrumentos estruturados e interrelacionados através dos quais se recolhem os dados, tratam e, posteriormente, se disponibilizam para utilização dos profissionais e do público em geral (Caballero Zoreda, 1988, p. 455-493). É por esta razão que a documentação das colecções não deve ser entendida como uma mera actividade administrativa destinada a preencher livros de registo e fichas de inventário ou a organizar dossiers com informação avulsa (Normalización..., 1996; Caring for Collections, 1984). Antes pelo contrário deve ser entendida como uma actividade científica que se ocupa, utilizando os métodos próprios das ciências documentais, dos conteúdos informativos com vista à sua recuperação e difusão. Neste sentido o museu assume-se, também, como um *centro de documentação* (Carretero Pérez, 1997, p. 11-29; Currás, 1982).

Por isso a documentação de colecções é uma tarefa essencial da actividade do museu. Alguns autores, como Sheila M. Stone, não se coibem de afirmar que a ampla documentação do objecto, base de trabalho do conservador, contribui para uma gestão efectiva das colecções, correcta colocação em reservas, segurança, controle e protecção, investigação e publicação das colecções, concluindo que o valor das edições e interpretação, através das exposições e do trabalho educativo das colecções, está relacionado com a qualidade da documentação (Stone, 1992, p. 213-228; Oddon, 1993; West, 1989). Isto significa que o grau de conhecimento das colecções depende do rigor e sistematização do processo utilizado para registar as informações obtidas.

Nesta linha de pensamento é necessário considerar o objecto para além do seu valor estético, ultrapassando a fase contemplativa, e atribuir-lhe novas funcionalidades relacionadas com a carga informativa que possui ou pode

produzir. Esta "mutação" do objecto [1] em *documento* confronta os museus com a necessidade de gerirem essa informação procedendo ao seu tratamento intelectual.

Chegado a este ponto veja-se, sem pretensão de ser exaustivo, o caso dos museus com colecções de arqueologia. Em primeiro lugar, parece-me oportuno referir a questão da incorporação. Trata-se de um aspecto ao qual a maioria dos museus não concede grande importância, esquecendo que esta é determinante para o programa científico elaborado. Incorporar implica optar pelos objectos que verdadeiramente interessam e não aceitar tudo o que aparece. Nos museus com colecções de arqueologia esta situação é fulcral face ao volume do acervo resultante das intervenções arqueológicas (de emergência ou planeadas) que pura e simplesmente podem "entupir" o estudo dos materiais, o trabalho do museu e as reservas.

Por outro lado, não considero que todos os artefactos provenientes das escavações devam ingressar nas colecções do museu. Os milhares de "cacos" (perdoem-me a expressão) não fazem sentido se não resultarem, depois de feito o puzzle, em peças inteiras ou constituírem elementos marcantes de um contexto cultural, para além de colocarem, como já referi, a questão da dimensão das reservas. Naturalmente que os fragmentos restantes devem permanecer sobre a tutela do museu como "reserva de estudo", não significando isso que partilhem o mesmo espaço físico, podendo encontrar-se noutro local.

Estes aspectos, que devem ser tratados em conjunto pelo arqueólogo e pelo conservador, remetem para um outro ponto que tem a ver com a relação entre a área disciplinar e o museu (L. Raposo, 1997). O que interessa à arqueologia enquanto ciência, pode não interessar à museologia. Trata-se de estabelecer um limite a partir do qual, a primeira, "entrega" os objectos à segunda, para serem tratados do ponto de vista museológico e museográfico, não querendo isso dizer que o arqueólogo os deixe de abordar enquanto "objecto de investigação", tanto mais, que mantêm a propriedade científica do espólio até à publicação dos resultados.

Acrescente-se ainda que na maioria dos casos as colecções formadas a partir dos ingressos resultantes das intervenções arqueológicas, só muito raramente foram acompanhadas pela documentação respeitante às autorizações de escavação, cadernos de campo, fotografias, plantas, desenhos de peças, relatórios, etc. Esta situação levanta o problema da utilidade do material para o museu se não for, simultaneamente, acompanhado da respectiva documentação. É verdade que a Portaria n.º 269/78, que regulamentava os trabalhos arqueológicos, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 195/79, era omissa a esse respeito, contudo caberia à instituição receptora fazer essa exigência [2].

À semelhança de Andrés Carretero Pèrez, apetece perguntar quantos museus de arqueologia possuem nos seus registos de colecções a documentação científica produzida pelas escavações arqueológicas (supondo que conser-

[1] Sobre a questão do "objecto de museo" veja-se a análise de síntese de Jean Davallon (1996, p. 69-90).

[2] Já depois de apresentada esta comunicação foi publicado o novo Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho em que passa a ser obrigação a entrega do respectivo catálogo e de toda a documentação necessária à compreensão e manuseamento do espólio.

vam alguma) e se são mais "arqueológicos" os objectos procedentes das escavações do que a documentação sobre a referida escavação, considerando que é a partir daquela que os objectos são contextualizados e pouco valem por si mesmos a não ser pela antiguidade.

Ainda relacionado com a política de incorporação há que ter em conta que a lei permite a precariedade do ingresso e, por isso, os objectos não poderem ser considerados propriedade do museu, pelo que deverão ser tratados como depósitos. Nestes casos a incorporação deverá ser sempre considerada provisória e registada em livro próprio, recebendo apenas um número de registo de entrada para controle.

Procedimento diferente recebem os materiais entrados a título definitivo (Beltrán Lloris, 1997, p. 39–55). Para além do registo, operação que representa não só a entrada do objecto no museu, mas também, a mudança do regime jurídico da propriedade da peça, tornando-a inalienável, e obrigando-se a instituição à sua conservação, segue-se o inventário, cujo sistema numérico é da responsabilidade do museu. Entenda-se que a finalidade daquele é identificar os objectos individualmente e conhecer o acervo, independemente da sua importância científica ou artística. Deve conter um conjunto de entradas suficientes para responder às necessidades de identificação / descrição da peça e, de acordo com o conceito de museu centro de documentação, remeter para um arquivo a documentação respeitante à peça, atribuindo-lhe o mesmo número de inventário. Qualquer que seja a forma de organização do arquivo o que interessa é a constituição de um fundo documental de interesse museográfico.

No que diz respeito à atribuição do número de inventário pode haver algum "ruído" de fundo. De facto, se esta situação não for acautelada, pode levar à perda de informação ao ignorar a marcação utilizada pela arqueologia de campo. Se na maior parte dos casos se trata apenas de uma correspondência entre os códigos usados na escavação e o número de inventário do museu, noutros, a situação é mais complexa e requer outros cuidados.

Como exemplo temos o caso de 15 ou 20 fragmentos cujo puzzle dá origem a uma talha. Todos eles possuem um código de referência individual relacionado com a escavação. Contudo, a talha recebe um único código – o número de inventário – atribuído pelo museu. Neste caso os códigos dos fragmentos deverão ser registados na ficha de inventário de forma a essa informação poder ser recuperada a partir do número de inventário do museu.

O registo e inventário das colecções pode assumir qualquer tipo de suporte desde livro, fichas até ao informático (Light, Roberts e Stewart, 1986) mas, implica necessariamente, a existência de um departamento destinado a esse fim com funções de registo e controle de todos os movimentos das peças, quer sejam internos ou externos (Dudley e Wilkinson, 1979).

Por tradição nos museus portugueses, o catálogo é entendido como uma lista descritiva de objectos, normalmente expostos, e assume a forma de livro impresso. No entanto, o catálogo inserido num sistema de documentação, é mais do que isso, aproximando-se do modelo usado pelas bibliotecas. Trata-se da ordenação da totalidade ou de uma parte dos dados do museu, estabelecidos por categorias previamente definidas e utilizam-se para facilitar o serviço dos sistemas de documentação e para um mais rápido e fácil acesso à informação (Alonso Fernández, 1999; Butler e Webb, 1987, p. 199-201).

Quer a catalogação, quer a documentação das colecções, em sentido amplo, são o resultado do estudo e investigação produzido em torno do acervo incorporado no museu. Cabe ao conservador a tarefa da catalogação, isto é, a investigação que enforma os catálogos (Alonso Fernández, 1999), podendo existir tantos quanto os necessários, sendo os mais vulgares o topográfico, o sistemático e o monográfico.

Em segundo lugar refira-se, a talhe de foice, a necessidade de utilização de sistemas de classificação, conceitos e terminologias comuns ao universo dos museus arqueológicos ou com colecções de arqueologia. Estes aspectos têm implicações directas, por um lado, com o sistema de documentação no que respeita, em certa medida, à inventariação e, principalmente, à catalogação e, por outro, com a gestão da informação numa época de globalização.

O facto de a arqueologia utilizar classificações, conceitos e termos próprios, mesmo que possam num caso ou noutro variar consoante as "escolas", não significa que estes devam ser transpostos, sem mais, para o museu. Uma lucerna, uma candeia e uma lamparina do ponto de vista da arqueologia correspondem a classificações cujos termos me permitem à partida relacionar o objecto com uma cultura ou um período da história. A lucerna é romana e a candeia é medieval ainda que o conceito subjacente seja o mesmo: servem para iluminar. Pergunto. Interessará ao museu ter um catálogo de lucernas e outro de candeias? Ou deverá ter um catálogo de peças em que na entrada «luminária» apareçam listados todos os objectos destinados a esse fim?

Não sendo este o espaço próprio para aprofundar esta questão, fica pelo menos a ideia que os museus deverão ter uma linguagem documental específica em função da difusão da informação destinada aos seus utilizadores, numa perspectiva mais generalista do que a usada, neste caso, pela arqueologia.

Mesmo reconhecendo que a normalização coloca dificuldades várias, não se pode deixar de fazer um esforço nesse sentido. É que a informatização dos sistemas documentais assim o exige e ao contrário do que muita gente pensa, aquela não constitui uma panaceia para o problema mas, um meio pelo qual se pode potenciar o tratamento dos dados, a acessibilidade e a difusão da informação, desde que o sistema de documentação tenha sido definido e estruturado previamente (Light, Roberts e Stewart, 1986).

Permitam-me, num aparte, discordar daqueles que julgam encontrar a solução na compra de computadores e na aquisição de software avulso, pensando com isso "arrumarem" a questão do *inventário*. Desenganem-se, porque o que está em causa é informatizar o sistema de documentação, que é muito mais do que o chamado *inventário* de museu. E um bom exemplo daquela filosofia de intervenção é o projecto concebido pelo IPM para informatização da Rede Nacional de Museus "que consiste em equipar os Museus do Estado com bases de dados locais por colecção / museu, integradas num sistema que configura uma base de dados global" (MATRIZ, 1994, p. 3), quando o alcance de tais propósitos deveria, como escreve Andrés Carretero Pérez na apresentação da obra *Normalizacion Documental de Museos*, "definir y unificar los processos documentales museograficos y administrativos, la normalización de terminologias y el desarrollo de aplicación informática".

Finalmente, em terceiro lugar um museu de arqueologia não deve ser um depósito de materiais encontrados numa qualquer escavação. Há uma obrigação disciplinar que se relaciona com a investigação, estudo dos materiais e publica-

ção dos resultados e há uma tarefa a ser desenvolvida pela museologia no sentido de tratar a documentação, dar a conhecer os objectos/colecções e divulgar a informação obtida. Ao tornar-se fiel depositário de um património, o museu fica simultaneamente responsável pela sua conservação, investigação, gestão da informação, interpretação, exibição e utilização em benefício da comunidade e dos visitantes. E é neste sentido, de uma componente técnico-científica que enforma as restantes funções do museu, que devemos caminhar, ou corremos o risco da "disneylização" da actividade museal.

Bibliografia

ALONSO FERNÁNDEZ, L. (1999) – *Museologia y Museografia.* Barcelona: Ediciones del Serbal.

BELTRÁN LLORIS, M. (1997) – Los ingressos de materiales arqueologicos en el Museo de Zaragoza. *Museo.* Madrid. 2, p. 39-55.

BUTLER, S.; WEBB, P. (1987) – A cataloguing system for a medium-size Museum. *Museums Journal.* Londres. vol. 86 (4), p. 199- 201.

CABALLERO ZOREDA, L. (1988) – La Documentación Museológica. *Boletín Anabad.* Madrid. XXXVIII, n.º 4. Citado por Francisca Hernandez Hernandez (1994)

CARING FOR COLLECTIONS: strategies for conservation, mantenance and documetation. Washington: American Association of Museums, 1984.

CARRETERO PÉREZ, A. (1997) – La documentación en los museos: una visión general. *Museo.* Madrid. 2, p. 11-29.

CURRÁS, E. (1982) – *Las ciencias de la Documentacion: Bibliotecologia, Archivologia, Documentación e informacion.* Barcelona.

DAVALLON, J. (1996) – Réflexions sur l' «objet de musée». *Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques.* Paris. 64 (Agosto), p. 69-90.

DUDLEY, D. H.; WILKINSON, I. B. (1979) – *Museum Registration Methods.* 3.ª ed. Washington: American Association of Museums.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. (1994) – *Manual de Museologia.* Madrid.

LIGHT, R. B.; ROBERTS, D. A.; STEWART, J. D. (1986) – *Museum Documetation Systems: developments and applications.* Londres: Butterworths.

NORMALIZACION documental de Museos: elementos para una aplicación informatica de gestion Museografica. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura, BEAYBC, 1996.

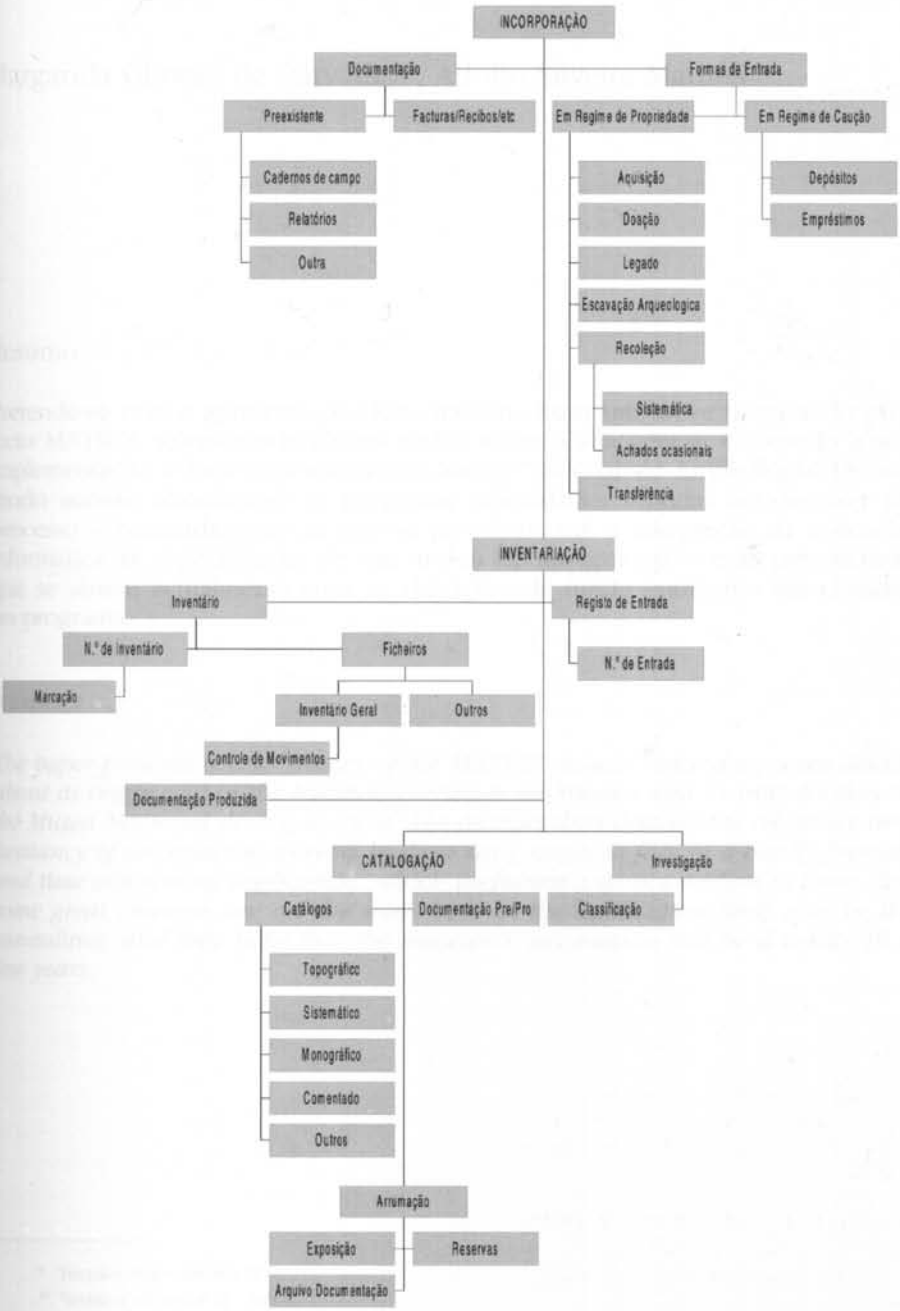
ODDON, Y. (1993) – Principales instrumentos documentales para uso de los museos mixtos. In *La Museologia: curso de museologia / textos e testimonios.* Los Berrocales del Jarama: Akal.

RAPOSO, J. (1993) – Museus portugueses com colecções de arqueologia. *Almadan.* Almada. II Série, n.º 2.

RAPOSO, L. (1997) – Arqueologia em diálogo: o papel dos museus. *ARKEOS.* Tomar. N.º 1. (Actas do 1.º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico).

STONE, M. S. (1992) – Documenting collections. In *Manual of Curatorship: a guide to museum pratice.* 2.ª ed. Londres. p. 213-228.

WEST, A. (1989) – Lists, Documents, Objects: museum research and display. *Museums Journal.* Londres. Vol. 88: 4.

ANEXO

Sistema de Documentação para Museus